

HOMO SOCIUS E AS LEIS DAS SOCIEDADES HUMANAS

Bernard Lahire



Ficha Técnica

Edição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Título: Homo socius e as leis das sociedades humanas

Autor: Bernard Lahire

Introdução: João Teixeira Lopes

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-83-3/hom>

ISBN: 978-989-9193-83-3

Depósito Legal: 560979/26

Design capa e paginação: Jorge Almeida

Data: fevereiro 2026

Local de edição: Porto

Impressão: Tipografia Lessa

Suporte: PDF/Ebook

Formato: PDF / PDF/A

Este trabalho é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto UID/00727/2025 (<https://doi.org/10.54499/UID/00727/2025>)

HOMO SOCIUS E AS LEIS DAS SOCIEDADES HUMANAS

Bernard Lahire

Prefácio

Por João Teixeira Lopes (Coordenador do IS-UP)

Bernard Lahire surpreendeu-nos em 2023, à saída da pandemia (o tempo de confinamento foi-lhe precioso para coligir informação e aprimorar a perspetiva inovadora que nos propõe), com a edição de uma monumental obra (970 páginas na edição francesa!) que revoluciona quer o entendimento da postura epistemológica das ciências sociais, quer a análise da vida social e cultural.

Sendo erudita, a obra lê-se com imenso prazer, tal a clareza e a ousadia das propostas. Bernard Lahire sugere-nos, nem mais nem menos, uma sociologia do vivo, assente num realismo relacional e materialista, a léguas de distância do nominalismo, do construtivismo ingénuo e relativismo pós-moderno e desrealizante, mas também da profusão infinita de estudos que, dispersos, pouco comunicam entre si, e ainda menos com o tronco central da teoria social, prejudicando gravemente a cumulatividade do conhecimento científico.

O autor francês incita-nos a reorientarmos o nosso esforço de pesquisa na descoberta e consolidação dos grandes factos antropológicos, linhas de força e leis gerais que enquadram o processo evolutivo de estruturação das sociedades humanas, sem receio de afirmar o propósito de identificar “os fundamentos universais das sociedades humanas, nomeando as bases invariantes das variações humanas (“imperativos sociais transhistóricos e transculturais”).

Para tal, percorre um riquíssimo itinerário multidisciplinar em que articula a sociologia com a história, a pré-história, a antropologia, a biologia, a psicologia, a biologia evolutiva, a paleontologia, as neurociências, etc., levando o olhar comparativo ao limite: contrastar não só as sociedades humanas no tempo e no espaço, para encontrar os tais fundamentos e leis universais, mas também identificar semelhanças e diferenças entre as várias espécies com que coabitamos no planeta.

As conclusões surpreendem: não só o social existe em todos os seus estados (das bactérias ao Homo Sapiens) como é possível convergir entre a biologia, a psicologia e a sociologia.

O texto que agora se traduz, anteriormente publicado em revista¹, aproxima-se das ideias que Bernard Lahire trouxe ao Porto, aquando da abertura das Jornadas de Investigação do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, que tiveram lugar nos dias 16 e 17 de outubro de 2025, na Faculdade de Letras.

Desejo que este pequeno texto vos abra, caros leitores, um voraz apetite para a leitura da sua obra, pois bem precisamos de propostas de síntese que tentam responder às grandes questões da vida humana, em particular, e da vida, no seu conjunto, pois que ambas se entrelaçam num mundo comum.

¹ Bernard Lahire, « Homo socius et les lois des sociétés humaines », Zilsel, n.º 15, mars 2025, p. 127-137

HOMO SOCIUS E AS LEIS DAS SOCIEDADES HUMANAS (1)

Bernard Lahire (2)

Em 24 de agosto de 2023 foi publicado *Les Structures fondamentales des sociétés humaines*, pelas Éditions La Découverte, na coleção «Sciences sociales du vivant», inaugurada em 2020 (3). Esta obra, que não é exatamente como as outras, não poderia ter sido escrita no início da minha “carreira”, nos anos 1990, por duas razões principais.

A primeira está relacionada com o estado do campo das ciências sociais à época, que deixava poucas possibilidades ao jovem investigador que eu era de pensar que uma cumulatividade científica fosse imaginável nas ciências sociais. Muitos dos nossos predecessores não cessavam de repetir, como um mantra, que estas ciências estavam condenadas a permanecer «eternamente jovens», segundo a célebre expressão de Max Weber. A ideia de que não só seria possível como desejável formular leis, princípios, ou descobrir forças, invariantes ou mecanismos minimamente gerais, capazes de estabilizar os adquiridos das ciências sociais, à semelhança do que fizeram todas as outras grandes ciências, deixara de fazer parte do conjunto das evidências partilhadas — evidências que ainda estavam presentes em alguns fundadores e que persistiam no marxismo, no estruturalismo e no funcionalismo. O clima epistemológico era globalmente relativista, e o processo de divisão do trabalho científico empurrava os investigadores para uma especialização cada vez maior (Pierre Bourdieu queixava-se disso já em 1970 – (4)), oferecendo uma visão cada vez mais fragmentada das nossas sociedades. E pode dizer-se que as coisas pouco mudaram desde então.

A parte mais rigorosa e racional da minha geração, que nutria um forte desejo de ciência, esforçou-se sobretudo por combater todas as formas de ensaísmo, de teoria teorcionista e de delírios interpretativos que persistiam nas ciências sociais, insistindo na importância da investigação e dos «dados» empíricos. Tal permitia,

de forma muito eficaz, fazer a triagem entre «correntes» ou «escolas» concorrentes, que se empenhavam mais ou menos em demonstrar empiricamente a fecundidade do seu programa teórico. Muitas vezes pensei, nos anos 1990 e 2000, que as descrições etnográficas, historiográficas ou sociográficas mais planas eram sempre preferíveis à teoria vazia, porque ofereciam pelo menos a possibilidade de investigadores teoricamente estruturados articularem os «dados» assim produzidos e lhes atribuírem sentido. Mas não pensava que esta insistência na importância da investigação empírica acabaria por conduzir a um fetichismo da investigação e dos «dados de primeira mão», bem como a um enfraquecimento da «construção teórica» dos objetos e a uma perda geral de ambição científica. Parecia-me evidente, enquanto bom leitor de **Le Métier de sociologue** (5), que as ciências sociais eram ciências teórico-empíricas e que esquecer uma ou outra destas exigências lhes seria igualmente fatal (6).

Por que razão querer formular a todo o custo leis (ou princípios), perguntam ainda hoje alguns investigadores? Se as ciências físicas ou biológicas o fizeram, foi porque as leis permitem, pura e simplesmente, realizar progressos científicos. Verdadeiros condensados estenográficos de saberes essenciais relativos a processos reais que existem independentemente de nós, elas funcionam como degraus sobre os quais as novas gerações se podem apoiar para prosseguir o trabalho de análise da realidade e fazer avançar o conhecimento. Um físico do século XXI pode estudar novos fenómenos sem ter de voltar a demonstrar a lei da gravitação, a lei de Lavoisier da conservação da massa, os princípios da termodinâmica ou a lei de Planck. O mesmo se passa com as leis da seleção natural enunciadas por Darwin, as leis da hereditariedade biológica de Mendel, etc. Privadas de tais leis, as ciências sociais perdem-se nos detalhes, nas singularidades de cada situação estudada, e despendem uma energia considerável a redescobrir permanentemente os mesmos fenómenos em contextos espaço-temporais muito diversos.

Mostrei na obra que todos os argumentos avançados por aqueles que consideram impossível estabelecer leis em virtude da suposta especificidade das

ciências sociais ou dos seus objetos podem ser contrariados: o facto de não sermos ciências experimentais, quando a astrofísica ou a biologia evolutiva também não o são; o facto de lidarmos com uma realidade em perpétua transformação, quando as galáxias ou as estrelas nascem e morrem, quando o universo está em expansão e quando as formas de vida não cessam de se transformar desde uma longínqua origem unicelular; a pretensa maior complexidade da realidade social em comparação com as realidades físicas ou biológicas; ou ainda a alegada singularidade dos objetos sociais, quando nenhuma planeta é idêntico a outro, do mesmo modo que cada espécie é diferente das restantes e que se observa inclusive variabilidade interindividual no interior de cada espécie.

A segunda razão pela qual o jovem investigador que eu era jamais poderia ter escrito uma obra deste tipo reside no facto de que, para tal, foi necessário emprender investigações sobre objetos muito diversificados, por vezes situados para além do perímetro tradicional das ciências sociais, submeter-se a uma leitura assídua dos trabalhos mais marcantes — dos mais antigos aos mais recentes — que balizaram o conjunto das ciências sociais ao longo de cerca de um século e meio, adquirir um bom conhecimento da história das ciências e esforçar-se por desenvolver um verdadeiro espírito de síntese. Ora, todas estas operações intelectuais, que me permitiram, em última instância, trazer à luz um certo número de fundamentos, colidem de forma bastante acentuada com as normas e práticas que, desde há muito, estruturam a investigação em ciências sociais, marcadas pelo enclausuramento monodisciplinar, pela valorização excessiva da especialização ou ainda por uma certa recusa do geral.

Todavia, como afirmo na conclusão da obra, o esforço que tive de despende teria sido muito menor se o funcionamento e as crenças dos nossos universos científicos tivessem sido diferentes. Obras sintéticas e clarificadoras que permitem ganhar tempo, como as do antropólogo Alain Testart (7), permanecem infelizmente demasiado raras.

Este trabalho foi para mim – e espero que para alguns leitores – verdadeiramente libertador, pois, em vez de pensar segundo a lógica de um espaço de concorrência entre «escolas teóricas» (marxismo, estruturalismo, funcionalismo, estruturalismo genético, interacionismo, pragmatismo, etc.), interessei-me pelos factos ou mecanismos que todas as ciências sociais (e não apenas a sociologia), mas também disciplinas aparentemente afastadas, que constituíram um acervo inédito de conhecimentos sobre o mundo social (biologia evolutiva, etologia, paleoantropologia, arqueologia, pré-história, ciências cognitivas e psicologia), conseguiram pôr em evidência.

Para que a obra seja corretamente lida, exige-se, portanto, o abandono de rotinas de pensamento consolidadas e impõe-se uma verdadeira conversão do olhar. Os primeiros leitores concentraram-se frequentemente na questão das relações – conflituais, de desconfiança ou de ignorância mútua – entre «biologia» e «ciências sociais», e é difícil censurá-los, dada a permanente presença do temor da «biologização» ou da «naturalização» do social que assombra permanentemente os espíritos (8). Contudo, nem sempre se compreendeu que o «acoplamento» proposto entre as ciências do vivo (nomeadamente a biologia evolutiva e a etologia) e as ciências sociais não constituía senão uma consequência lógica da procura de leis, invariantes e grandes propriedades características da espécie humana, e não uma simples vontade de estabelecer pontes entre dois grandes domínios disciplinares por gosto da interdisciplinaridade.

Se alguém me tivesse dito, há cerca de uma década, que eu viria a trabalhar nesta direção, eu não o teria acreditado e teria, sem dúvida, considerado tal empreendimento com grande circunspeção. Se enveredei por este caminho, apesar de todos os riscos envolvidos, foi simplesmente porque não havia outra alternativa para fornecer respostas às questões que me inquietavam.

As pontes estabelecidas com as ciências do vivo não constituem, contudo, a única estratégia de conhecimento adotada. Com efeito, a abordagem compa-

rativa que está no cerne da obra é dupla. Em primeiro lugar, exige uma comparação sistemática dos diferentes tipos de sociedades humanas documentados pela pré-história, pela arqueologia, pela história, pela antropologia e pela sociologia, de modo a apreender tanto as semelhanças como as diferenças. Trata-se da estratégia que o antropólogo Alain Testart implementou com grande erudição, mas que também se encontra, por exemplo, nos cursos do Collège de France de Françoise Héritier dedicados aos humores do corpo (9), na obra de George Peter Murdock (10) ou ainda em certos trabalhos recentes de Maurice Godelier (11).

Em seguida, a forma mais radical de extrair invariantes e leis consiste em sair da humanidade para nos apoiarmos no que a biologia evolutiva e a etologia nos ensinam acerca do aparecimento das formas de vida social (em oposição às formas de vida solitária) e das diferentes maneiras pelas quais essas formas de vida se estruturam consoante as espécies. Ao recorrer a este segundo dispositivo comparativo (interespecies), toma-se então consciência de dois aspetos fundamentais. Por um lado, torna-se necessário distinguir o social — que diz respeito aos grandes vínculos de interdependência entre subgrupos no interior de uma dada sociedade, bem como aos mecanismos que regem as relações entre sociedades — do cultural, que reúne o conjunto dos saberes incorporados e dos artefactos suscetíveis de transmissão e de variação; este último, que surge em numerosas espécies, conhece uma expansão literalmente explosiva no caso da espécie humana.

Por outro lado, torna-se evidente que as sociedades humanas só são verdadeiramente compreensíveis quando inscritas na longa história evolutiva, não tendo o *Homo sapiens* nada de um milagre surgido do nada: a grande maioria dos pretensos «atributos próprios do Homem» — linguagem, ferramenta, transmissão cultural, evitamento do incesto, etc. — não o são, como o demonstram regularmente os trabalhos de etólogos que sublinham, de forma cada vez mais insistente, a realidade da continuidade evolutiva.

Apoiando-me nestas comparações interespécies, procurei demonstrar que as propriedades biológicas da espécie humana (bipedismo, «grande cérebro» e plasticidade cerebral, altriciedade secundária, partição sexuada, viviparidade, uniparidade, longevidade, etc.) pesam sobre a natureza das suas estruturas sociais fundamentais. Não se trata, de forma alguma, de explicar o social pelo biológico, mas de medir as conseqüências propriamente sociais dessas propriedades. Longe de correr o risco de «biologizar o social», o meu trabalho considera o social como uma ordem ou um nível de complexidade específico, que não é, contudo, dissociável das constrações físicas e biológicas — do mesmo modo que os biólogos, ao demonstrarem a importância da lei da gravidade e das características do meio abiótico (aquático, terrestre ou aéreo), mostram os limites das possibilidades morfológicas e funcionais do vivo.

Ao proceder desta forma, apercebi-me até que ponto as ciências sociais permanecem frequentemente «desenraizadas», ao pressuporem que a história das sociedades humanas pode ser explicada por uma espécie de culturalismo generalizado. Agiram como se o social começasse com a humanidade e opuseram a natureza — os animais não humanos — à cultura — os humanos —, fazendo do Homem uma exceção no seio do reino animal. Sabe-se hoje que estas duas premissas são totalmente errôneas.

o ignorarem os trabalhos da biologia evolutiva e da etologia — que é, na verdade, frequentemente uma sociologia dos animais não humanos —, as ciências sociais elaboraram uma espécie de teologia da criação cultural do Homem pelo Homem, fazendo das nossas formas de organização social o puro produto de uma construção cultural arbitrária, intencional, etc. Esta saída da teoria materialista darwiniana da evolução explica-se, no fundo, pela ferida narcísica que esta inflige à nossa visão de um Homem consciente, livre e senhor do seu destino. Apesar da sua grande vitória contra as visões fixistas e antropocêntricas, tanto científicas como religiosas, a revolução darwiniana não produziu efeitos nas ciências sociais, que quiseram estabelecer uma fronteira nítida entre si e as

ciências do vivo, como se tudo recomeçasse do zero sobre bases doravante estritamente culturais.

A rutura com a biologia e com a psicologia foi, sem dúvida, o preço a pagar para defender a legitimidade e a autonomia da ciência social. Mas colocou-nos num caminho errado e produziu efeitos científicos profundamente problemáticos. É precisamente a recolocar a ciência social no bom caminho materialista – balizado por Darwin e Marx – que a obra se propõe.

Depois de consagrar uma primeira parte à questão do relativismo, do nominalismo e do realismo, das leis, dos invariantes e dos factos de convergência («Das ciências sociais e das leis»), e uma segunda parte à elaboração de uma solução de articulação entre as ciências do vivo e as ciências sociais («O que as sociedades humanas devem à longa história do vivo»), formulo uma série de «proposições gerais» que divido em três conjuntos: os grandes factos antropológicos, as linhas de força e as leis gerais de funcionamento das sociedades, os quais são posteriormente desenvolvidos ao longo dos doze capítulos que compõem a terceira e última parte da obra («Da estruturação das sociedades humanas»).

Retomemos, uma a uma, as peças elementares da argumentação. Os grandes factos antropológicos são universais. Encontram-se entre eles, nomeadamente, a altriciedade secundária, enquanto desenvolvimento extrauterino particularmente longo das crianças humanas, a partição sexuada, a longevidade relativamente elevada da espécie ou ainda a socialidade e a historicidade de todos os grupos humanos. Além disso, identifiquei uma série não exaustiva de linhas de força presentes em todas as sociedades humanas, mas frequentemente entrelaçadas nas sociedades menos diferenciadas e sujeitas a variações culturais permanentes: linhas de força dos modos de produção, das relações de parentesco – em particular das relações pais-filhos –, das relações entre homens e mulheres, dos modos de socialização e de transmissão cultural, da produção

de artefactos, da expressividade simbólica, dos ritos e instituições, das relações de dominação, do mágico-religioso e da diferenciação social das funções.

Por fim, formulei leis gerais, uma parte das quais tem carácter dinâmico e diz respeito a processos ou tendências. Entre as dezassete leis enunciadas, mencionarei aqui as leis da conservação–reprodução–extensão, da diferenciação tendencial das funções, do crescimento demográfico tendencial, da sucessão hierarquizada ou da prevalência do anterior sobre o posterior, da relação eles/nós e da preferência concedida ao «nós» (que também pode ser formulada como «lei da atração dos semelhantes»), da objetivação cumulativa e, por último, da luta entre grupos ou indivíduos. Do meu ponto de vista, se se pretende compreender um determinado tipo de sociedade, é sempre necessário ter em conta a combinação do conjunto destes elementos.

Não se conhece, por exemplo, nenhuma sociedade humana que tenha sido desprovida de relações de poder ou de dominação. Tal é de tal forma evidente que raramente se pensa sequer em interrogar esta realidade esmagadora, preferindo-se consagrar o trabalho científico ao estudo de formas históricas, sempre particulares, de dominação. Do mesmo modo, a dominação masculina está presente na imensa maioria das sociedades documentadas; algumas sociedades manifestam um reequilíbrio da balança dos poderes entre homens e mulheres, mas nenhuma conferiu às mulheres os poderes políticos, religiosos, guerreiros e económicos. E que dizer da constatação incessante de que a história das sociedades humanas é marcada por conflitos interétnicos, inter-religiosos, internacionais, etc., sustentados por uma lógica transcultural de oposição eles/nós?

Antropólogos, arqueólogos e historiadores sublinharam igualmente a existência de convergências culturais surpreendentes na história das sociedades humanas, análogas aos fenómenos de convergência observados no mundo vivo, que demonstram que as mesmas causas produzem os mesmos efeitos. Por que razão sociedades distintas «inventaram», de forma independente e não por efei-

to do contacto cultural, determinados instrumentos ou armas, o Estado, a agricultura, a criação de animais, a escrita, e assim sucessivamente, senão porque existem grandes factos antropológicos constantes, linhas de força invariantes em torno das quais se enrolam variações culturais permanentes e leis gerais que trabalham a nossa história?

Para me centrar num ponto central da obra, uma das grandes especificidades humanas é aquilo que o zoólogo Adolph Portmann designou por altriciedade secundária. Procuo demonstrar em que medida esta fragilidade biológica inicial foi determinante na construção das nossas estruturas sociais fundamentais. A altriciedade secundária designa o longo período de dependência da criança humana em relação aos pais e, de forma mais geral, aos adultos. Trata-se da experiência primordial vivida por todos os seres humanos. A criança nasce e permanece durante muito tempo vulnerável. Prossegue o seu desenvolvimento fisiológico ao mesmo tempo que incorpora a cultura do seu grupo.

Ora, esta relação constitui um duplo vínculo de proteção e de dominação dos pais sobre os filhos, daqueles que chegaram antes sobre aqueles que chegaram depois, dos grandes sobre os pequenos, dos fortes sobre os fracos, dos autónomos sobre os dependentes e daqueles que sabem sobre os que nascem desprovidos de experiência e de saber.

Tal facto teve múltiplas consequências na organização das sociedades. Antes de mais, esta descendência vulnerável e extremamente exigente em termos de cuidados, proteção e alimentação obrigou os seres humanos a uma forte cooperação para assegurar a sua criação: o pai da criança ou o tio materno, os irmãos, as tias, as avós, as vizinhas, etc.; um grande número de pessoas, em sociedades muito diversas, contribuí para a sua educação. Isto traduziu-se igualmente em termos de divisão sexual do trabalho: as mulheres, que se ocupam maioritariamente das crianças, amamentam-nas, transportam-nas, etc., orientam-se mais para a recolha,

enquanto os homens, mais móveis, se orientam para a caça.

Mas teve sobretudo consequências consideráveis em termos de dominação, real ou simbólica: a dos antepassados sobre os vivos, dos mais velhos sobre os mais novos, dos primogénitos sobre os mais novos, dos primeiros chegados sobre os que vieram depois, etc. («lei da sucessão hierarquizada ou da prevalência do anterior sobre o posterior»). Em todo o lado se manifestam relações de dependência-dominação: os espíritos ou as divindades protegem e sancionam ou interditam, os chefes são simultaneamente encarregues de assegurar a prosperidade do grupo e dotam-se progressivamente, ao longo da história, de um poder coercivo sobre os membros desse grupo.

Por outro lado, uma das especificidades das sociedades humanas reside no facto de possuírem uma história, na medida em que são capazes de acumulação cultural («lei marxiana da objetivação cumulativa» e «lei da conexão-combinação-síntese de diferentes produtos objetivados ou incorporados»). Esta especificidade reforça a dependência das crianças em relação aos pais e, de forma mais geral, dos jovens em relação aos mais velhos, em virtude da assimetria cultural que os separa.

Chego assim a falar de uma altriciedade terciária ou permanente, para sublinhar o facto de permanecermos dependentes, ao longo de toda a vida — e não apenas durante a infância e a adolescência —, de artefactos que não sabemos produzir nós próprios, nem sequer, por vezes, utilizar, e, portanto, dependentes de indivíduos mais «sábios» ou «especialistas» do que nós em inúmeros domínios. O impulso constante da divisão do trabalho («lei da diferenciação tendencial») e a multiplicação dos domínios de especialização que lhe estão indissociáveis fazem com que dependamos, ao longo de toda a vida, daqueles que dominam saberes técnicos, jurídicos, financeiros, médicos, etc.

A alienação, que gera o sentimento de que o mundo nos é em grande parte estranho e opaco, é, por esta razão, inevitável na experiência social humana.

Interromperei aqui a apresentação de uma obra impossível de resumir, para concluir com respostas a questões de natureza mais prática ou institucional que foram colocadas, publicamente ou em trocas privadas, desde a publicação do livro. Este constitui simultaneamente uma síntese criadora de conhecimentos e um programa dirigido aos investigadores. Nele traço o quadro paradigmático de uma nova ciência social, mais aberta a outros domínios do conhecimento, cientificamente mais ambiciosa, e que contribuiria para a escrita da história do vivo em colaboração com muitas outras disciplinas científicas.

No meu entendimento, tal implicaria uma reforma profunda dos percursos universitários. Parecer-me-ia lógico, com efeito, que os estudantes de ciências sociais frequentassem disciplinas de biologia evolutiva, etologia, paleoantropologia, pré-história, etc. Se recebessem tal formação, não produziram o mesmo tipo de trabalhos. Em numerosos departamentos de sociologia, de antropologia ou de história, ensina-se que tudo é culturalmente construído no que respeita à organização social humana. Ora, basta constatar que factos como a dominação ou a hierarquia, a dominação dos machos sobre as fêmeas, a exogamia e o evitamento do incesto, os conflitos intergrupais, etc., existem noutras espécies muito pouco culturais para compreender que o postulado do «tudo cultural» não se sustenta e que estas questões devem ser colocadas e resolvidas de maneira inteiramente diferente daquela que tem prevalecido até agora.

Por fim, a questão que me é frequentemente colocada é a de saber como se investiga em ciências sociais «depois disto». Trata-se de uma questão legítima. Contudo, formulada nestes termos, ela indica que não se tomou plenamente a medida do facto de que uma mudança de enquadramento não se traduz apenas — e talvez nem principalmente — em novos métodos de investigação. Revela antes o desejo de continuar a fazer, no essencial, «como antes», modificando apenas marginalmente os hábitos intelectuais.

Para responder, ainda assim, à questão, direi, antes de mais, que não se constroem os objetos da mesma forma quando se tem consciência dos grandes factos antropológicos, das linhas de força implicadas e das leis em jogo no fenómeno estudado. Tal conduz ao desenvolvimento de um sentido muito mais apurado dos desafios fundamentais que sustentam objetos aparentemente banais, ordinários, insignificantes ou localizados no espaço e no tempo. Em seguida, pode-se procurar observar como um fenómeno varia de um tipo de sociedade para outro, esforçando-se simultaneamente por apreender a sua parte invariante. Para isso, «basta» ler, a propósito do objeto em causa, trabalhos provenientes dos domínios da pré-história, da paleoantropologia, da arqueologia, da história, da antropologia, da sociologia, etc. Tal alonga a lista de leituras, mas o ganho heurístico justifica amplamente o esforço.

Pode-se igualmente ler trabalhos de etólogos relativos a espécies mais ou menos afastadas filogeneticamente da nossa, a fim de verificar se a especificidade humana se esbate ou se, pelo contrário, se observam inflexões significativas que nos ensinam muito sobre aquilo que fazemos de diferente relativamente a outras espécies. Finalmente, em certos casos, pode-se equacionar uma colaboração direta com, por exemplo, primatólogos, para conceber experiências que permitam comparações entre duas espécies, à semelhança de Michael Tomasello (12) ou de Andrew Whiten e Deborah Custance (13), que comparam as competências cognitivas e interacionais de chimpanzés adultos e de crianças humanas com idades compreendidas entre os dois e os quatro anos.

Ter-se-á compreendido que são todos os nossos saberes e todos os nossos hábitos que podem ser postos em causa a partir do momento em que se aceita reconsiderá-los na perspetiva proposta, alimentada por vastos conjuntos de conhecimentos novos, e que nos obriga a ver aquilo que nos tínhamos habituado a não ver. Está em jogo, parece-me, o futuro da ciência social e a sua capacidade de contribuir ativamente para o conhecimento da realidade, fornecendo uma visão clara da humanidade e das múltiplas constricções que sobre ela pesam.

Notas

1. O autor agradece a Francis Sanseigne pela leitura atenta deste texto.
2. CNRS, Centre Max Weber (UMR 5283), bernard.lahire@ens-lyon.fr.
3. A coleção acolheu, nomeadamente, trabalhos de Julien d'Huy, Kevin N. Laland, Jean-Loïc Le Quellec e Charles Stépanoff.
4. Pierre Bourdieu, *Esquisse pour une auto-analyse*, Paris, *Raisons d'agir*, 2004, p. 89.
5. Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron, *Le Métier de sociologue*, Haia, Mouton, 1973.
6. Bernard Lahire, «Ambições teóricas da sociologia», *Sociologie*, n.º 1, vol. 9, 2018, p. 61-72.
7. Ver, nomeadamente, Alain Testart, *Éléments de classification des sociétés*, Paris, Éditions Errance, 2005; *Avant l'histoire. L'évolution des sociétés*, de Lascaux à Carnac, Paris, Gallimard, 2012; e *Principes de sociologie générale*, Volume I – Relations sociales fondamentales et formes de dépendance, Paris, CNRS Éditions, 2021.
8. Quando se aborda a relação entre biologia e ciências sociais, não é raro que alguns evoquem o espectro do «darwinismo social», do «reducionismo biológico» ou da «naturalização das desigualdades». Será necessário precisar que o projeto do autor não mantém qualquer ligação com tais derivações?
9. Ver os resumos anuais dos cursos disponíveis no sítio do Collège de France: Françoise Héritier, *Estudo comparado das sociedades africanas*.
10. George Peter Murdock, «The Common Denominator of Cultures», in George Peter Murdock, *Culture and Society*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1965, p. 87-110.

11. Maurice Godelier, *Au fondement des sociétés humaines. Ce que nous apprend l'anthropologie*, Paris, Flammarion, 2010; *La Mort et ses au-delà*, Paris, CNRS Éditions, 2014; *Fondamentaux de la vie sociale*, Paris, CNRS Éditions, 2019.
12. Michael Tomasello, *Aux origines de la cognition humaine*, trad. de Yves Bonin, Paris, Retz, 2004.
13. Andrew Whiten e Deborah Custance, «Studies on imitation in chimpanzees and children», in Cecilia M. Heyes e Bennett G. Galef Jr. (orgs.), *Social learning in animals: the roots of culture*, Londres, Academic Press, 1996, p. 291-318.

